

TJ-SP aposta em reestruturação administrativa e unifica cartórios

*Reportagem sobre a Direção do TJ-SP publicada no [Anuário da Justiça São Paulo 2022](#), lançado nesta terça-feira (8/11) no Tribunal de Justiça de São Paulo. A publicação está disponível [online para ler](#) e à venda na [Livraria ConJur](#), em sua versão



A direção do tribunal, encabeçada pelo desembargador

Ricardo Anafe, assumiu o comando do tribunal em janeiro de 2022 em uma situação mais favorável em relação à covid-19, com a retomada gradual do trabalho presencial. Para tanto, implementou, em março, a Resolução 850/2022, que regulamenta o teletrabalho no Judiciário paulista.

No primeiro semestre da gestão, o presidente promoveu uma grande reestruturação administrativa e extinguiu 141 cargos ociosos, realocando os servidores em outras funções. Também extinguiu contratos de locação de imóveis e transferiu serviços para prédios próprios do tribunal que não vinham sendo aproveitados.

Mandato: 2022-2024

PRESIDENTE

Ricardo Mair Anafe

VICE-PRESIDENTE

Guilherme Gonçalves Strenger

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Fernando Antonio Torres Garcia

DECANO

José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Artur César Beretta da Silveira

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

Wanderley José Federighi

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL

Francisco José Galvão Bruno

Ainda com o objetivo de otimizar o trabalho, foi implantada a

jornada

única de trabalho, das 9h às 17h. Para Anafe, o novo horário traz mais qualidade de vida aos servidores e magistrados. De acordo com o tribunal, a medida trouxe economia mensal de R\$ 2,4 milhões, quase R\$ 29 milhões por ano.

Entre as bandeiras do Conselho Superior da Magistratura, está a implantação de um quinto assistente jurídico nos gabinetes de desembargadores e juízes substitutos em segundo grau. O projeto, enviado pelo tribunal, tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo.

PRESIDENTE**Ricardo Anafe**

Klaus Silva/TJ-SP

Nome: Ricardo Mair Anafe**Nascimento:** 1/7/1959,
no Rio de Janeiro**Gabinete:** Palácio da Justiça,
5º andar, sala 516, Praça da Sé,
São Paulo

(11) 4802-9077, 4802-9076

presidenciajtj@tjsp.jus.br

NO TRIBUNAL**INGRESSO:** 7/5/2008**APOSENTADORIA:** 1/7/2034**ORIGEM:** Magistratura**ATRIBUIÇÕES:** ▶ Órgão Especial
▶ Comissão de Organização Judiciária
▶ Centro de Inteligência do TJ-SP
▶ Nupemec**CARREIRA**

▶ Juiz em segundo grau (2003-2008)

▶ Juiz de Direito (1985-2003).

Atuou em Jundiá, Santa Fé do Sul,
Cruzeiro, Mogi das Cruzes e na
Capital**ATIVIDADE ACADÊMICA**▶ Bacharel em Direito pela PUC-SP
(1981), com especialização em Direito
Processual pela PUC-SP (1983)**INFORMAÇÃO ADICIONAL**

Corregedor-geral (2020-2021).

Presidente da Seção de Direito
Público (2014-2015).**COMO RECEBE ADVOGADOS**Atende pela plataforma Teams ou
presencialmente no gabinete, com
agendamento prévio e envio de
memoriais por e-mail.

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Também está na pauta a nomeação de mil servidores aprovados no último concurso de 2021, especialmente na 1ª e na 4ª RAJs, que atendem, respectivamente, a Grande São Paulo e a região de Campinas.

Desde o fim de 2019, o tribunal não consegue repor funcionários na mesma proporção em que perde. A nomeação de novos servidores vai permitir mais investimentos em UPJs, as Unidades de Processamento Judicial, conhecidas como “cartórios do futuro”, criadas em 2015. Na gestão anterior, do desembargador Pinheiro Franco, houve a avaliação dos resultados das unidades já instaladas e foi constatado aumento da produtividade, reequilíbrio da força de trabalho nos cartórios judiciais, aprimoramento dos fluxos das atividades cartorárias e diminuição do acervo de processos em andamento.

Com isso, as implantações de UPJs foram retomadas na sua gestão. Todas as 45 varas cíveis centrais passam a adotar o formato de trabalho do “cartório do futuro”. Também foram instaladas unidades nos fóruns do Jabaquara e de Santo Amaro, em varas especiais da Infância e Juventude e no Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital. Também já estão funcionando em Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Santos, São José dos Campos e Sorocaba. Uma das metas do TJ para os próximos cinco anos é incluir no modelo, anualmente, 15 unidades da capital e outras 15 do interior.

VICE-PRESIDENTE

Guilherme G. Strenger

Nome: Guilherme Gonçalves Strenger

Nascimento: 1/12/1950,
em São Paulo

Gabinete: Palácio da Justiça,
5º andar, sala 508, Praça da Sé,
São Paulo

(11) 4802-9084

@ vice@tjsp.jus.br

NO TRIBUNAL

INGRESSO: 3/1/2005

APOSENTADORIA: 1/12/2025

ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES: ▶ Órgão Especial

▶ Presidente da Câmara Especial

▶ Comissão de Organização Judiciária

▶ Centro de Inteligência do TJ-SP

▶ Nupemec

CARREIRA

▶ Juiz do Tacrim (2002-2005)

▶ Juiz de Direito (1980-2002)

▶ Advocacia (1974-1980)

ATIVIDADE ACADÊMICA

▶ Bacharel em Direito (1974) e mestre
em Direito Civil pela USP (1990)

▶ Professor na São Judas, FMU e Faap

LIVRO: *Guarda de Filhos* (1991)

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Presidente da Seção de Direito
Criminal (2020-2021).

COMO RECEBE ADVOGADOS

Atende pela plataforma Teams ou
presencialmente no gabinete, com
agendamento prévio e envio de
memoriais por e-mail.

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Na Vice-Presidência, os objetivos do desembargador Guilherme Strenger são o aprimoramento das condições de trabalho, a melhoria da remuneração e a valorização e a defesa da carreira. Ele apresentou requerimentos para recomposição do valor nominal da parcela de irredutibilidade, para instituição de uma política permanente de concessão de notebooks aos juízes e conseguiu a regulamentação para a compensação por assunção de acervo assumido pelos magistrados.

Na Corregedoria-Geral da Justiça, além do aceleração do pagamento de precatórios, o desembargador Torres Garcia retomou, em janeiro de 2022, as correições presenciais, que, nos últimos dois anos, ocorreram de forma virtual em razão da covid-19. Nas visitas, identificou os principais problemas a serem corrigidos, além de atuar junto às comarcas do interior. “Percebemos a necessidade de capacitar cada vez mais os funcionários para terem pleno conhecimento do sistema automatizado de Justiça. Muitas vezes há subutilização”, explica.

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**Fernando
Torres Garcia**

Nome: Fernando Antonio Torres Garcia

Nascimento: 28/3/1959,
em São Paulo

Gabinete: Palácio da Justiça,
5º andar, sala 517, Praça da Sé,
São Paulo

(11) 4802-9133, 4802-9134
 corregedoria@tjsp.jus.br

NO TRIBUNAL

INGRESSO: 6/12/2008

APOSENTADORIA: 28/3/2034

ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES: ▶ Órgão Especial
▶ Comissão de Organização Judiciária
▶ Comissão de Adoção Internacional
▶ Centro de Inteligência do TJ-SP
▶ Nupemec

CARREIRA

▶ Juiz de Direito (1983-2008).
Atuou em Osasco, Mirandópolis,
Indaiatuba, Diadema e na Capital

ATIVIDADE ACADÊMICA

▶ Bacharel em Direito pela USP
(1982), com especialização em Direito
Penal e em Direito Processual Penal

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Presidente da Seção de Direito
Criminal (2018-2019).

COMO RECEBE ADVOGADOS

O atendimento aos advogados é
feito presencialmente no gabinete.
A solicitação, assim como o envio
de memoriais, deve ser realizada
por meio do e-mail institucional da
Corregedoria Geral da Justiça.

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Por fim, investimentos em novas tecnologias, como inteligência artificial e robótica, são unanimidade na cúpula do tribunal. A corte impôs a meta de digitalizar, até maio de 2023, todos os processos da capital, excluindo as execuções fiscais.

Maio de 2022 foi um marco no processo de retomada das atividades presenciais na corte, após dois anos de isolamento, com a posse solene e presencial dos 27 desembargadores nomeados entre junho de 2020 e abril de 2022. A corte retomou, assim, a renovação natural de seus quadros, postergada desde 2015, com a ampliação da idade da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos.

O tribunal lamentou, em 2021, a morte inesperada de vários julgadores: Antonio Carlos Malheiros (da Seção de Direito Público), Osni Assis Pereira (Seção Criminal), Soares Levada, Carlos Nunes Neto, Araldo Telles e Luis Mario Galbetti (Direito Privado).

Fazendo andar a fila dos precatórios

A direção também tem investido em acelerar o pagamento de precatórios. O projeto Precatórios: Prioridade Máxima foi lançado em fevereiro de 2022 com a meta de zerar a fila de valores recebidos pelo tribunal até o fim de 2023.

“Entre o depósito e o levantamento, a Upefaz (Unidade de Processamento das Execuções Contra a Fazenda Pública) demorava cerca de três anos. Já reduzimos para oito meses e estamos em quase seis meses. Em 2020, R\$ 1,7 bilhão foi liberado pela Upefaz. Este ano devemos chegar entre R\$ 8 bilhões e 10 bilhões em pagamentos”, afirma o presidente do TJ-SP Ricardo Anafe.

DECANO**Xavier de Aquino**

Nome: José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Nascimento: 24/4/1951, em São Paulo

Gabinete: Palácio da Justiça, 6º andar, sala 638, Praça da Sé, São Paulo

(11) 4802-9049

decano@tjsp.jus.br

NO TRIBUNAL

INGRESSO: 20/10/1999

APOSENTADORIA: 24/4/2026

ORIGEM: Ministério Público

ATRIBUIÇÕES: ▶ Órgão Especial
▶ Comissão de Organização Judiciária
▶ Comissão de Jurisprudência
▶ Comissão de Honraria e Mérito
▶ Centro de Inteligência do TJ-SP

CARREIRA

▶ Juiz do Tacrim (1993-1999)
▶ Procurador de Justiça do MP-SP (1985-1993)
▶ Promotor de Justiça (1975-1985)
▶ Foi assessor nas Secretarias de Administração e de Segurança Pública do estado de São Paulo

ATIVIDADE ACADÊMICA

▶ Bacharel em Direito pelo Mackenzie (1975); com especialização em Processo Penal pela Universidade de Milão, Itália (1979); mestre em Processo Penal pela USP (1986)
▶ Foi professor na Unip, Mackenzie, Faap, UniSantos e Unifieo
LIVRO: *Manual do Processo Penal* (2009)

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Depois que a unidade recebe o dinheiro, faz a verificação de eventuais impugnações de valores, habilitações de herdeiros e cessões de crédito. Quando há necessidade de juntada de documentos, os valores ficam retidos até regularização. Só então o mandado de levantamento é expedido.

Entidades da advocacia externaram preocupação com o fluxo do pagamento de precatórios, dizendo que ainda há atraso, apesar dos avanços. “Não é incomum a demora por mais de dois anos entre a disponibilização dos recursos pelas entidades devedoras e o efetivo crédito em favor dos beneficiários, muitas vezes verificado apenas após despendido grande esforço para a superação de óbices meramente burocráticos”, diz nota assinada pela OAB-SP, Aasp e outras.

O TJ-SP deu andamento a um projeto para viabilizar a expedição dos mandados de levantamento pela própria Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos (Depre). Desde 2021, a diretoria paga diretamente as quantias decorrentes de acordos de credores com a Fazenda do Estado. Em agosto de

2022, iniciou-se a ampliação desses pagamentos diretos, que inclui acordos com a Prefeitura de São Paulo, até sua universalização.

DIRETOR DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA



José Maria Câmara Júnior

Nome: José Maria Câmara Júnior

Nascimento: 9/1/1961, em São Paulo

Gabinete: Rua da Consolação, 1.483, 2º andar, Consolação, São Paulo

(11) 2711-1660

epm@tjsp.jus.br

NO TRIBUNAL

INGRESSO: 29/3/2017

APOSENTADORIA: 9/1/2036

ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES:

▶ Membro da Seção de Direito Público

CARREIRA

▶ Juiz substituto em segundo grau (2011-2017)

▶ Foi juiz assessor da Presidência do TJ-SP (2008-2010)

▶ Juiz de Direito (1986-2011).

Atuou em Campinas, Ituverava, Avaré, São Caetano do Sul e na Capital

ATIVIDADES

▶ Bacharel em Direito com especialização em Direito Civil pela EPI e doutor em Direito (2017) pela FFLCH/USP
▶ Professor de Direito Civil na PUC-SP

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Entre junho de 2021 e abril de 2022, o Tribunal paulista recebeu mais de 61 mil requisições de precatórios, que somam mais de R\$ 8,7 bilhões. Esse valor corresponde às dívidas de 949 entidades devedoras que terão de ser inseridas no orçamento de 2023. Aguardam pagamento outros 166 mil precatórios de exercícios anteriores, que somam R\$ 63 bilhões.

Anuário da Justiça São Paulo 2022

ISSN: 2179244-5

Edição: 2022

Número de páginas: 324

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur \(clique aqui\)](#)

Versão digital: acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça*

Anunciantes desta edição

Adilson Macabu & Nelson Pinto Advogados

Abreu Sampaio Advocacia

Antonio de Pádua Soubhie Nogueira

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Associação Educacional Nove de Julho

Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Bialski Advogados Associados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Caselli Guimarães Advogados



Cury & Cury Sociedade de Advogados
Dannemann Siemsen Advogados
David Rechulski, Advogados
Décio Freire Advogados
Dias de Souza Advogados
Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados
D'Urso & Borges Advogados Associados
Eckermann Yaegashi Santos Sociedade de Advogados
Eduardo Miranda Sociedade de Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados
Fux Advogados
Goulart Penteado Sociedade de Advogados
Heleno Torres Advogados
JBS S.A.
Leite, Tosto e Barros Advogados
Machado Meyer Advogados
Mesquita Ribeiro Advogados
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Original 123 Assessoria de Imprensa
Pardo Advogados & Associados
Refit
Rocha, Marinho e Sales Advogados
Sergio Bermudes Advogados
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Tavares & Krasovic Advogados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados
Warde Advogados